

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

## **PROJETO DE LEI Nº 6.528, DE 2016**

Proíbe a manipulação, a fabricação, a importação e a comercialização, em todo o território nacional, de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria que contenham a adição intencional de microesferas de plástico, e dá outras providências.

**Autor:** Deputado MÁRIO HERINGER

**Relator:** Deputado GURGEL

### **I - RELATÓRIO**

O projeto de lei sob exame visa a proibir a manipulação, a fabricação, a importação e a comercialização, em todo o território nacional, de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria que contenham a adição intencional de microesferas de plástico.

Define essas microesferas e determina prazo a partir da publicação da lei para que a proibição vigore (para manipulação e fabricação, vinte e quatro meses, e trinta e seis para importação e comercialização).

Diz que até o implemento dessas datas as embalagens de produtos que contiverem tais microesferas devem apresentar em letra legível inscrição enunciando que as contém e que não são biodegradáveis.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) opinou pela aprovação, na forma de substitutivo, no qual excluiu-se a diferença de prazo para vigência da proibição e altera-se a vigência da lei para trinta e seis meses após a publicação.

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) opinou pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo da CDEICS com uma emenda, em que se altera o prazo de vigência da lei para doze meses a contar da publicação.

Vêm, agora, as proposições a esta CCJC para que se manifeste sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos regimentais.

A proposição tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

A matéria é da competência da União, cabendo ao Congresso Nacional sobre ela manifestar-se em lei (artigos 24, incisos V e VI e § 1º, e 48, *caput*, da Constituição da República. Não há reserva de iniciativa.

Nada vejo no projeto, no substitutivo da CDEICS ou na emenda da CMADS que mereça crítica negativa desta Comissão no que toca à constitucionalidade material.

Entendo satisfeito o dispositivo constitucional prevendo, nos casos dos incisos do citado artigo 24, que à União cabe, no âmbito da legislação concorrente, editar normas gerais. Trata-se de norma proibitiva em caráter absoluto, o que bem atende à conceituação de norma geral.

Quanto à juridicidade, nada há a condenar. No entanto, há que se apontar um detalhe merecedor de atenção e, julgo, de intervenção deste Órgão Colegiado.

O objetivo do projeto de lei é proibir a adição das microesferas plásticas em “produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria”. Diz que tais microesferas são utilizadas para “limpar, clarear, abrasar ou esfoliar o corpo ou qualquer de suas partes”.

O substitutivo da CDEICS diz que são utilizadas para “limpar, clarear, abrasar ou esfoliar o corpo ou qualquer de suas partes, contida em produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos enxaguáveis”.

Ora, a proposta é proibir a adição dessas microesferas plásticas em produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria.

Do ponto de vista do Direito, é desimportante se os produtos (ou as microesferas) são empregados para limpar, clarear, abrasar ou esfoliar, tampouco se os produtos são enxaguáveis.

Irrelevante, portanto, mencionar-se finalidades e qualidades.

Sendo a intenção a proteção da saúde e do meio ambiente, corre-se o grave risco de, mantendo a redação atual dos textos propostos, esvaziar dita intenção. Devem ser ligeiramente modificados, portanto, o projeto principal e o substitutivo da CDEICS.

Desnecessário, também, dizer que a proibição vale para todo o território nacional.

A boa técnica legislativa exige alterações em ambos os textos. À emenda da CMADS nada há a opor, neste particular.

Ante o exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, na forma do substitutivo e da subemenda substitutiva em anexo, do PL nº 6.528/2016, do substitutivo adotado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e da emenda adotada na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Sala da Comissão, em        de        de 2019.

GURGEL  
Deputado Federal  
PSL/RJ

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.528, DE 2016

Proíbe a manipulação, a fabricação, a importação e a comercialização, em todo o território nacional, de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria que contenham a adição intencional de microesferas de plástico, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. São proibidas a manipulação, a fabricação, a importação e a comercialização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria, que contenham a adição intencional de microesferas de plástico.

Parágrafo único. Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se microesfera de plástico qualquer plástico sólido ou partícula plástica sólida com tamanho inferior a cinco milímetros.

Art. 2º. O disposto nesta Lei passa a vigorar nos seguintes prazos, a contar de sua publicação:

I - manipulação e fabricação, vinte e quatro meses;

II – importação e comercialização, trinta e seis meses.

Art. 3º. Até o final dos prazos a que se refere o artigo anterior, as embalagens dos produtos citados nesta Lei devem apresentar, em letra legível, a inscrição “Este produto contém microesferas de plástico não biodegradáveis”.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2019.

GURGEL  
Deputado Federal  
PSL/RJ

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **SUBEMENDA SUBSTITUTIVA AO SUBSTITUTIVO ADOTADO NA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS PROJETO DE LEI Nº 6.528, DE 2016**

Proíbe a manipulação, a fabricação, a importação e a comercialização, em todo o território nacional, de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria que contenham a adição intencional de microesferas de plástico, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. São proibidas a manipulação, a fabricação, a importação e a comercialização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria que contenham a adição intencional de microesferas de plástico.

Parágrafo único. Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se microesfera de plástico qualquer plástico sólido ou partícula plástica sólida com tamanho inferior a cinco milímetros.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta e seis meses de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em        de        de 2019.

GURGEL  
Deputado Federal  
PSL/RJ